

# POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA PENSAR A EDUCAÇÃO EM ANGOLA

## Public policies as a fundamental element to think about education in Angola

Manuel Lino Sebastião Carlos - UFSCar\*

**Resumo:** Esse trabalho visa abordar sobre o papel das políticas públicas no campo da educação em Angola. As reflexões contidas no texto acarretam perguntas abertas em diversas seções de modo a pensar a educação não apenas no ponto de vista das instituições, mas sim o seu papel na sociedade. Como procedimento metodológico, a pesquisa é de cunho qualitativo, baseada na pesquisa bibliográfica através de literaturas já publicadas. Foi abordado sobre os conceitos de política pública, políticas públicas, política educacionais, mormente se fez análise crítica sobre o documento do governo de Angola intitulado Plano Nacional de Desenvolvimento e Educação 2017-2030. Nos achados da pesquisa, se constatou que as políticas públicas em Angola não são implementadas eficientemente e em diversos casos sem a prévia análise do contexto.

**Palavra Chaves:** Angola. Política pública. Políticas educacionais.

**Abstract:** This work aims to address the role of public policies in the field of education in Angola. The reflections contained in the text lead to open questions in several sections in order to think about education not only from the point of view of institutions, but also its role in society. As a methodological procedure, the research is of a qualitative nature, based on bibliographic research through already published literature. It was approached about the concepts of public policy, public policies, educational policy, especially a critical analysis was made on the document of the government of Angola entitled National Plan for Development and Education 2017-2030. In the research findings, it was found that public policies in Angola are not implemented efficiently and in many cases without prior analysis of the context.

**Keywords:** Angola. Public policies. Educational policies.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel das políticas públicas no campo da educação. As políticas públicas podem se compreender como conjuntos de ideias e ações direcionados para sanar as dificuldades de um determinado problema. Com base nisso, as discussões centraram-se na educação em Angola<sup>1</sup>, trazendo novas lentes para pensar a temática em questão. O estudo é de suma importância para a sociedade angolana e não só, enquanto pensar a educação exige responsabilidade, pois, é um setor que garante desenvolvimento no país. Afinal, o que são políticas públicas na área da educação? Quem executa e para que fim? Para responder essas indagações, usou-se como procedimento metodológico pesquisa bibliográfica através de diversas literaturas encontradas em periódicos, destacando as obras de Höfling (2001), Mainardes (2018), Azevedo (2004), Nguluve (2006) e outros.

Em Angola, o Estado é quem cria as políticas públicas em todos os setores e no âmbito da educação "o seu papel [...] pouco se efetiva na medida em que os problemas da educação principalmente a formação de professores ainda continuam precário" (FERRAZ, 2011, p.15). É nesse sentido que as políticas educacionais devem ser elaboradas e implementadas para dar respostas aos problemas do

\* Mestrando em Educação pela UFSCar/CCHB-Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Linha 1: Formação de Professores e Práticas Educativas. E-mail: [manuellino1992@gmail.com](mailto:manuellino1992@gmail.com).

<sup>1</sup> Angola é um país que faz parte dos cinquenta e quatro (54) países do continente africano e está situado a sul do continente, a oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019, p.1), Angola tem aproximadamente 30.175.553 de população, separada em dezoito províncias e Luanda é a capital econômica e política. Esta nação CCHB-CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).



ensino em todos os níveis e “o financiamento é o principal indicador [...] para ampliar a cobertura e a qualidade da educação” (TROJAN, 2010, p.5). Diante do enunciado acima, se considera que as políticas não devem ser de exclusividade do Estado, pois, existem outras instituições e grupos de pressão que podem direcionar as políticas públicas.

A constituição da República de Angola (2010) e a Lei de Base do Sistema Educativo angolano (2001) asseveram que o acesso à educação é um direito de todos e dever do Estado criar as devidas condições. Dessa maneira, a política pública em Angola está relacionada a intervenção do “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de decisões voltadas para setores específico da sociedade” (HÖFLING, 2001, p.31) e é nessa vertente que Arendt (2000, p.235) *apud* Nguluve (2006, p.19) considera que é preciso que aqueles que fazem a educação assumam “[...] a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo”. O caso de Angola e em outras partes do mundo, as políticas públicas têm sido criado com influências de organismos internacionais e no campo da educação, destacamos o Banco Mundial. Este órgão atua como mediador, financiando a educação e criação de certos currículos salvaguardando os interesses econômicos, trazendo discursos sobre direito a educação.

Importa salientar que um simples acesso dos alunos e alunas às escolas não garante o direito a educação. O Estado ou quaisquer instituições que se dispõem criar programas nas escolas, deve se preocupar com a permanência desses sujeitos, pois, em Angola se constata elevado abandono escolar por falta de condições quer seja no âmbito econômico, material, etc. Na visão de Cury (2002), as legislações são bastantes recheados em conteúdos principalmente sobre as políticas públicas e direito a educação, etc., mais, na prática, às vezes não é aplicado aquilo que está escrito. Portanto, é urgente ser criado serviços que atendem todas as demandas no setor da educação, conforme Soares Neto *et al.* (2013, p.78) sustenta que, “promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico, aqui denominado infraestrutura escolar, que estimule e viabilize o aprendizado [...]”.

Na educação não se deve considerar apenas o ato de aprender e ensinar, ela está atrelada ao desenvolvimento de qualquer país por meio da capacidade cognitiva, física e moral dos cidadãos. Dessa forma, pode-se dizer que a educação é conjunto de saberes, costumes, hábitos compartilhados em diferentes grupos sociais numa determinada comunidade. Esta “educação” pode ser transferido de geração em geração e ela possibilita o crescimento de qualquer ser humano quer do ponto de vista individual ou coletivo. Para Cascais e Terán (2014, p.1), A educação, [...], prepara o ser humano para o desenvolvimento de suas atividades no percurso de sua vida [...], no enfrentamento dos desafios da sua comunidade e permite a participação ativamente nas tomadas de decisões. Pretendemos com este estudo contribuir e trazer novas possibilidades para agregar no campo das políticas públicas educacionais em Angola e quiçá servirá de referência para os futuros estudos sobre a temática.

## POLÍTICA PÚBLICA

Nesta seção compreendemos os conceitos de política pública através de diversos estudiosos. É fundamental entender que toda política pública está dentro de uma agenda política e através dela todas as decisões podem ser validadas ou não, as escolhas de sua implementação incluem estratégias para salvaguardar os interesses de quem governa e em muitos casos não melhoram os problemas da comunidade direcionada.

Para (o) Rua (2012, p.17) Política pública “[...] compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Pode se dizer que uma política pública pode dar certo ou não e, ela pode se transformar de uma política de governo para a política de Estado. Na visão de Ball (2006, p. 20), [...] em alguns desses estudos, a política pode ser pensada como uma ausência presente significativa. Ela é ignorada ou teorizada [...]”. Essa ideia podemos comparar com o contexto de Angola, pois existe um recuo quer seja na maneira de se pensar as políticas, quer seja na sua execução. O que permeia é ausência nas suas implementações.

Vale ressaltar que Angola é um país rico em todos os aspetos. Não obstante, o incrível potencial econômico, se considera ser um dos países com uma enorme parcela da população colocada abaixo da linha da pobreza, devido à má distribuição do dinheiro público, favorecendo apenas um grupo específico. O território é abundante em numerosos minerais e na década de 70 constava como segundo maior exportador de ferro da África e ainda tem enormes reservas de fosfato, manganês, cobre e ouro, que ainda não são aproveitados (KEBANGUILAKO, 2016).

Dessa perspectiva, questiono: que importância tem de ter um país rico e população pobre? A educação é um elemento primordial para qualquer país e quando um governo não valoriza este setor, com certeza o seu povo fica desorientado, alienados ao sistema e suas mentes são corrompidos e sem raciocínio crítico das suas realidades. Há imensa desvalorização dos profissionais da educação, sem condições de trabalho conforme assevera Cordeiro Leite (2021, p.85), "A realidade dos profissionais da educação de Angola, que até agora não são tidos nem achados, são banalizados, explorados, [...]".

Essa triste realidade acontece pelo fato do governo não ter vontade política para contrapor a situação e sem esquecer de mencionar que o orçamento na área da educação é bastante inferior que nem passa dos 7%<sup>2</sup>. Conforme o autor, a educação em Angola é "[...] o sector que, quase todos os anos, realiza concurso público de ingresso de mais professores, mas raramente melhora a situação salarial dos professores efetivos à décadas" (Ibidem) e é nessa área onde muitos cidadãos vejam como refúgio para sua vida econômica, não obstante, ter uma formação precária.

Há falta formação de qualidade, seminários de capacitação, agregação pedagógica é um dos males da educação em Angola, pois para atuação docente a formação permanente é fundamental para uma prática que se distancia da mera reprodução de conteúdo e tem como objetivo a construção do conhecimento, onde o educador cria as possibilidades para o educando agir com liberdade e posicionamento diante da vida, é uma experiência que o coloca como sujeito do saber fazer e não receptor passivo dos acontecimentos. Cria-se dessa forma aproximação com os educandos que têm seus saberes valorizados, não deixando de lado a história de cada um.

Pode se inferir que a "[...] política é o horizonte, algo de longo alcance" (MAINARDES, 2018, p.193) e trazendo outras lentes a partir de Azevedo (2003, p.38), a "política pública é tudo o que um governo faz ou deixa de fazer, com todos os impactos e de suas omissões". Dessa maneira, compreende-se como política pública as ideias traçadas para sua realização.

#### POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA

Dando ênfase as abordagens anteriores, nesta seção o nosso intuito é trazer conceito de políticas públicas e analisando a sua aplicação em Angola. Para Agun, Ricardo e Menezes (2015, p.15) "Não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de políticas públicas". A partir dessa premissa, questiona-se: O que são políticas públicas? Como são implementados? Para qual público? Quem tem direito dessas políticas?

Para Silveira *et al.* (2012, p.77) "Políticas públicas são definidas como ações do governo com implicações na vida dos cidadãos". Nessa perspectiva, as políticas públicas dizem respeito às diversas ações e programas organizados pelo governo direcionadas para atender as tarefas de um determinado interesse público. Nos estudos de Jefferson Mainardes (2018) intitulado Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional, destaca que toda política pública deve ser implementado conforme os contextos e as realidades, pois, para ele "ao analisar políticas e programas, os pesquisadores podem focar um aspecto da política ou programa, ou ainda buscar uma análise mais integrada que abrange a análise da formulação, implementação e avaliação" (MAINARDES, 2018, p.193).

As políticas públicas são colocadas em ação de forma específica e às vezes se aplica dinheiro muito alto em relação ao problema específico (MAINARDES, 2018). É desta maneira que as políticas são desenvolvidas em Angola, muitas vezes os responsáveis encabeçados na execução dos programas estipulam orçamentos que não condiz com a verdade e se aproveitam do dinheiro do Estado para seus interesses. Isso se deve ao modo como, ocasionalmente, interesses partidários dificultam a realização de projetos e percebe-se que as políticas públicas "compreendidas como de responsabilidade do Estado" (Höfling, 2001, p.31), alguns realmente não são executados em planos governamentais.

As políticas públicas são um desafio em Angola e se nota haver bastante teoria em relação à prática. Os pesquisadores Mainardes e Marcondes (2009, p. 305) alertam que "[...] em prática as políticas têm que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer". As políticas educativas são formuladas pelo Estado, mas

<sup>2</sup> Ver entrevista sobre o estado da educação em Angola com Carlos Rosado. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2yNs\\_sY5-mg](https://www.youtube.com/watch?v=2yNs_sY5-mg). Acesso em: 12 jun.2022

verifica como um dos principais problemas da educação recai no fraco orçamento na educação e políticas públicas que às vezes não se adequam com a realidade de Angola. Estas reduções orçamentais com certeza paralisam alguns setores e a formação de professores tem sido alvo. Para tanto, "Em meu entender, existem mudanças, quando existir uma reforma que leve à realização das propostas legais, não ficando apenas no papel as novas ideias e ações programadas" (MAYEMBE,2016, p.43).

Para Rua (2012), as "[...] Políticas públicas (policy) são uma das resultantes da atividade política. Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas (RUA,2012, p.17).

A partir dessa reflexão, pode se dizer que, as políticas públicas elas podem causar desigualdades enquanto algumas regiões são deixadas de fora e muitas das vezes os interesses políticos acabam por enfraquecer ou elevar algumas políticas em grupos privilegiados. Através das experiências de vida, se nota que em Angola muitas políticas públicas são criadas nas vésperas das eleições de modo a salvaguardar os interesses do partido no poder e às vezes o público alvo onde são direcionadas essas políticas carecem de bens alimentares e o governo leva-lhes bicicletas, motocicletas, camisetas do partido no poder, etc. É lastimável ter um governo que se aproxima do seu povo em época de eleições. Quando há eleições há políticas públicas vocacionadas para a juventude, escolas, etc. Esse é um projeto político perpetuado pelo governo<sup>3</sup> no poder. Tais afirmações vêm de encontro com o pensamento de Mainardes (2018) ao afirmar que

Da mesma forma, a tentativa de solução (a política) pode ser precária, com foco mais ou menos inadequado, pode gerar hierarquias, aumentar desigualdades, beneficiar alguns grupos e excluir outros. Trata-se de um processo complexo e que demanda alto grau de reflexividade sobre o problema ou demandas, a política, os resultados/efeitos, as consequências materiais para diferentes sujeitos e para classes sociais distintas (MAINARDES, 2018, p. 188).

Diante disso, as políticas públicas do Estado são constitucionais. O que se verifica em Angola é que, o governo deixou de cumprir as políticas do Estado e invertem pelas políticas do governo que são infelizmente postas em teoria nos documentos. Vale ressaltar que "Estado, nos referimos às unidades políticas (municípios, estados, nações), que se apresentam sob a forma de repúblicas e/ou democracias, "[...]. Já governo pode ser entendido, como a organização, [...] autoridade administrativa ou gestora de uma unidade política" (HEILBOR,2020, p. 16). Corroborando com o mesmo pensamento, Höfling (2001), compreende o "Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras[...]que possibilitam ação do governo; "Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade" (HÖFLING (2001, p. 31). Que são políticas públicas de Estado e o que são políticas públicas de governo?

As políticas de Estado estão previstas na Constituição que se consagra com a Lei maior do país e elas deveriam ser executadas, respeitadas, valorizadas sem privilégio dos grupos. Por outro lado, as políticas de governo elas dependem muito da alternância do poder. As políticas de governo não têm vigência e depende do tempo que dura o mandato e muitas vezes ela não é mantida pelos próximos governantes (HEILBOR, 2020). Olhando para realidade do Brasil, cada governo que ascende o poder tem criado suas políticas públicas sem deixar de parte as políticas do Estado. Já no caso de Angola a realidade é outra, desde a sua independência, isto é, há mais de 45 anos existe apenas um único governo, corrupto e sem vontade política para desenvolver o país e oferecer condições a sua população.

Nessa abordagem podemos inferir as políticas no campo da educação, elas quase não existem, pois, há ausência de escolas em diversos pontos do país, falta de saneamento básico, internet, biblioteca, materiais didáticos, falta de professores capacitados, etc., esses bens são essenciais para qualquer país que olha na educação como suporte para o desenvolvimento. Como inverter essa realidade? Quais são os grupos que podem pressionar o governo a implementar políticas públicas?

Para responder essas questões, Heilbor (2020, p. 16) argumenta que "Nenhum Estado, nem governo se constituem sem a atuação da sociedade civil". Nessa perspectiva, pode se dizer que a sociedade civil tem um papel preponderante, pois é através deles que os governos são pressionados, levando-os propostas de ações conforme o contexto das comunidades. Portanto, consoante as discussões

<sup>3</sup> Liderado pelo partido do MPLA

dessa seção, pode se afirmar que as políticas públicas são séries de atividades voltadas para atender os direitos dos cidadãos previstos na constituição. Essas atividades são pensadas e às vezes concluídas pelo poder público, porém o qual conta com a elaboração dos indivíduos da sociedade civil.

### POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ANGOLA

As políticas educacionais podem ser entendidas como diversas decisões, programas e ações que objetiva garantir condições no campo da educação. "Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar" (OLIVEIRA, 2010, p.95). Este conceito corrobora com o pensamento do Martins (2014) onde afirma que política educacional faz parte das políticas públicas sociais voltado ao campo da educação. Não obstante, se ressalta que a educação contempla diversos olhares quando se trata de políticas educacionais, no Brasil, por exemplo, se verifica que as políticas educacionais são legisladas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, permitindo a participação da sociedade civil, enquanto no contexto de Angola, as políticas educacionais estão centralizadas no Governo Central, impossibilitando que as Províncias e os municípios tenha autonomia e ademais há pouca contribuição dos membros da sociedade civil.

A educação em Angola tem sido refletida em grande escala enquanto os problemas tendem a aumentar. Destaca-se que há fortes influências do governo na implementação de políticas educacionais e sociais, as províncias não têm autonomia para criarem seus respectivos programas e as administrações municipais, dependem exclusivamente do governo na visão de Mainardes (2018, p. 192), a "política educacional constitui-se em um campo de conhecimento específico, formado por conhecimentos especializados".

Conforme aponta Paulo Freire (2001), toda educação tem um viés político e todo ser humano está dentro desta dimensão em toda sua relação social. É dessa vertente que interessa debruçar que o governo adora criar leis bonitas no papel, por exemplo, cita-se o "artigo 82.<sup>a</sup> "da Lei de Base do Sistema de Ensino (2016), que aborda as modalidades de ensino e destaca o ensino à distância e semi-presencial. As modalidades citadas não são aplicadas na prática por falta de professores capacitados, falta de meios tecnológicos, falta de internet, materiais didáticos, etc. Ademais, há outras políticas educacionais que não são executadas e estão primados nos documentos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE), 2017-2030 cujo o objetivo é "Promover o desenvolvimento humano e educacional, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos" (PNDE, 2017, p. 5). De acordo com estes documentos, se destacam algumas diretrizes:

Construir e apetrechar centros ou instalações apropriadas para assegurar a oferta de ensino a crianças com 5 anos de idade. Assegurar transporte escolar para crianças matriculadas em escolas distantes do local de residência, com particular realce para as zonas rurais. Garantir a obrigatoriedade e gratuidade do ensino pré-escola. Assegurar o acesso gratuito a livros e material escolar. Aumentar a taxa de escolarização do Ensino Primário e Ensino Secundário mediante a construção e apetrechamento de novas unidades e expansão de escolas existentes. Universalizar a merenda escolar nas escolas públicas do ensino escolar 5. Promover o acesso gratuito ao livro no ensino primário 6. Disponibilizar manuais escolares e manuais didáticos. Garantir a aquisição de laboratórios, equipamentos informáticos, manuais escolares e de mobiliário escolar nacional (PNDE, 2017, p.6).

Mediante o exposto, se verifica no documento, elementos importantíssimos para pensar a educação escolar. Esses documentos em Angola não são materializados como no caso do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 que falhou. Portanto, o governo precisa ser mais pragmático, dar reposta aos problemas da educação com ações sérias, melhorar o orçamento na educação, valorizar os profissionais da educação e melhorar as condições de trabalho, salário, etc. Há diversos fatores que condicionam ao avanço da educação em Angola destacando algumas: políticas falhadas, fraca formação de professores, fraca produção científica no tocante a Pesquisa, Ensino e Extensão, há poucos professores doutores e muitos estudantes que frequentam cursos como: medicina, química, biologia, etc., nem se quer têm contato com laboratório de modo pôr em praticar os aprendizados adquiridos, etc., e se gasta tanto dinheiro em orçamento e que nada se reflete na vida das pessoas. Nos estudos de Justino Cangue (2020) com título "Exclusão Social e Pobreza na qualidade de Ensino: Estudo de caso no Ensino Primário em Angola", o autor fez pesquisa numa escola na cidade de Lubango e destacou que,



Dos 100 professores, 60% não possuem a formação pedagógica e trabalham com as turmas super lotadas de alunos, que se acomodam como podem. Sentados em condições inadequadas, em pedras, latas e outras em cadeiras plásticas, sem o conforto indicado para uma criança que precisa de aprender a escrever corretamente, com o risco de contraírem doenças, como a deformação da coluna vertebral (CANGUE, 2020, p.174).

Dessa forma, refletindo este contexto, pode se dizer que essa realidade é presente em todas as províncias de Angola e a pobreza das famílias dificultam a permanência de muitos alunos e alunos nas escolas. Assim, pode se inferir que criar boas políticas educacionais no “[...] âmbito da educação, “influenciam a vida de todas as pessoas” (FERREIRA e SANTOS, 2014, p.145). Muitas políticas elaboradas não se adéquam aos contextos quer seja político, econômico, social ou ainda o contexto do território onde os programas são destinados. Pensar nos contextos ajudam na efetivação dessas políticas, as escolas rurais, por exemplo, não é a mesma com as escolas da cidade, por isso, é preciso ser realizado estudos profundos para saber das reais necessidades de cada região e as políticas de infraestruturas pode ser um dos elementos primordiais na educação e “Consequentemente, as políticas de igualdade de acesso, de permanência escola básica, [...] continuam pensadas [...]” (ARROYO, 2010, p. 1397), porém, ainda há um recuo no que concerne aos alunos que entram na escola e por falta de condições, em curto espaço de tempo deixam de estudar e se dedicam ao trabalho de campo<sup>4</sup> ajudando os pais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos achados dos estudos, pode-se inferir que a política pública se refere as ideias, enquanto as políticas públicas são ações e programas desenvolvida pelo Estado ou governo. Já as políticas educacionais, são todos elementos inerentes a educação. Apesar dos esforços do governo em implementar certos programas sociais, no campo da educação há um déficit em financiamento na educação e verificou-se que a maioria do corpo docente da educação básica não possui formação adequada e no ensino superior muitos docentes têm apenas o grau de licenciatura, bacharel, e poucos têm doutoramento, apesar de se estar a registar um aumento de professores com o mestrado.

Se constatou haver sérios problemas nas escolas, falta de internet, materiais didático, biblioteca, saneamento básico e outros meios. Ademais, se verificou haver uma baixa no nível de formação dos professores e as políticas públicas são mormente implementados fora do contexto das regiões. Portanto, sugere-se que o Estado através do governo possa investir na formação de quadros, valorização dos profissionais, implementar diversos projetos sociais, legalizar algumas Organizações Não-Governamental de modo a participarem nas tomadas de decisões do bem público.

### REFERÊNCIAS

- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda, 2010.
- AZEVEDO, J.M.L. *A educação como política pública*. 3.ed. campinas: Autores associados, 2004. 75 p.
- BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 10-32, 2006.
- BRITO NETO, M.B. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de angola (MPLA)*. Campinas/SP-Brasil, 2005.
- CANGUE, J. Exclusão social e pobreza na qualidade de ensino: estudo de caso no ensino primário em Angola. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, Boa Vista, v. 1, p. 169-182, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep.i>.E-ISSN:2675-3294 . Acesso em: 09 de jun.2022.
- CASCAIS, M.G.A.; TERÁN, A.F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. *Ciência em tela*, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2014.

<sup>4</sup> No contexto angolano se refere a lavra.

CORDEIRO LEITE, P. A provisão e o financiamento da educação angolana: como afeta o dia a dia do professor? *Revista Primeira Evolução*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 20, p. 85–88, 2021. Disponível em: <http://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/137>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CURY, C.R.J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de pesquisa*, n. 116, p. 245–262, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>. Acesso em: 04 de jun.2022.

FERRAZ, M. A. Estado, política e sociabilidade. In SOUZA *et al.* Políticas Educacionais: conceitos e debates. Curitiba: Ed. Appris, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1O18HldM3eCp8qfu7EpN2baZtDHXExRv2/view>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

FREIRE, P. *Política e Educação: ensaios*/Paulo Freire.-5.ed- São Paulo, Cortez, 2001.

GARCIA, E.R.R. Política educacional angolana ante as tendências e influências internacionais sobre a Educação. *Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira*, São Francisco do Conde, 2018.

HEILBORN, M.L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010.

INE. Instituto Nacional de Estatística de Angola 2019. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas> . Acesso em: 12 jun.2022.

KABENGUILAKO, D. A educação em Angola: Sistema Educativo, Políticas Públicas e os Processos de Hegemonização e Homogeneização política na primeira república: 1975-1992. *Tese de doutorado em educação, Universidade Federal da Bahia*. Bahia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20719> . Acesso em: 2 de maio.2022.

LBSE. *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Lei nº 17/16. Huambo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Lei nº 13/01. Luanda, 2001.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M.I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.

MARTINS, P.S. A política das políticas educacionais e seus atores. *Jornal de Políticas Educacionais*, v.8, n.15, 2014.

MAYEMBE, N. Reforma Educativa em Angola: A monodocência no ensino primário em Cabinda. *Tese de doutorado em educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte*, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AQQJ45> . Acesso em: 02 de jun. 2022.

OLIVEIRA, A.F. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *Fronteiras da educação desigualdades, tecnologia e política*, Goiânia, v. 1, 2010.

PNDE. *Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Educar – Angola, 2017- 2030. Huambo, 2017.

RUA, M.G.. *Políticas públicas*. 2 ed. Florianópolis, 2012. p.128.

SILVEIRA O.M. C, et al. O projuvem por seus beneficiários: a percepção de mudança na relação coma escolarização formal e o mundo do trabalho. In LORDELO e DAZZANI. *Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas. Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas*. Salvador: EDUFBA, 2012, 173 P. Disponível

em:<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6214/1/Estudo%20com%20egressos.pdf#page=78> .  
Acesso em : 12 de jun. 2022.

SOARES NETO, J.J. et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013. Disponível em:  
<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/1903>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

TROJAN, R. M.. Estudo comparado sobre políticas educacionais na América Latina e a influência dos organismos multilaterais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 26, n. 1, 2010.

Recebido em: 10.01.2022

Aprovado em 10.04.2022